



PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL 2012

Ampliando a participação
de nossos jovens para conquistar
o ensino médio que queremos



PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL 2012

**Ampliando a participação
de nossos jovens para conquistar
o ensino médio que queremos**

Autoridades

Ministro da Educação da República Argentina
Alberto Estanislao Sileoni

Ministro da Educação do Estado
Plurinacional da Bolívia
Roberto Aguilar Gómez

Ministro da Educação da República
Federativa do Brasil
Aloizio Mercadante

Ministro da Educação da República da
Colômbia
María Fernanda Campo Saavedra

Ministro da Educação e Cultura da República
do Paraguai
Víctor Ríos Ojeda

Ministro da Educação e Cultura da República
Oriental do Uruguai
Ricardo Ehrlich

Presidente da Anep
José Seoane

Coordenadores do Projeto

Coordenação Geral do Projeto
Juliana Burton

Coordenação Executiva
Ignacio Martín Balard
Analía Kim

Coordenação Nacional pela República
Argentina
Ignacio Martín Balard

Coordenação Nacional pelo Estado
Plurinacional da Bolívia
Ronald Jesús Barrancos Tórrez

Coordenação Nacional pela República
Federativa do Brasil
Sandra Rejane Sérgio Dornas

Coordenação Nacional pela República da
Colômbia
Olga Lucía Zárate Mantilla

Coordenação Nacional pela República do
Paraguai
Nilsa Palacios Alvarenga

Coordenação Nacional pela República
Oriental do Uruguai
Ana Celia Verocai Masena

Coordenação Geral do Projeto

Juliana Burton

Coordenação Técnica

Ignacio Martín Balard
Analía Kim

Elaboração

Ana Laura Abramowski

Desenho

Monoblock

Tradução para o Português

Paulo Mayall
Júlia Almeida

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do Projeto Multinacional Parlamento Juvenil do Mercosul, coordenada pelo Ministério da Educação da República Argentina e financiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (Femcidi/OEA). As opiniões expressas não são necessariamente as opiniões da OEA, nem de seus órgãos e funcionários.

Abramowski, Ana

Parlamento Juvenil Mercosur: ampliando la participación de nuestros jóvenes para alcanzar la escuela media que queremos / Ana Abramowski: adaptado por Ministerio de Educación de la Nación - 1ª Ed. - Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2012.
52 p. + Internet; 23 x 17 cm

ISB 978-950-00-0921-8

1. Juventud 2. Enseñanza Secundaria I. Ministerio de Educación de la Nación, adapt. II. Título
CDD



SUMÁRIO

Apresentação.....	8
Introdução	10
1. Surgimento do Projeto Parlamento Juvenil do Mercosul.....	12
2. A Implementação do Projeto em cada País	16
3. O Parlamento Juvenil do Mercosul Realizado em Montevideu.....	25
4. A Experiência dos Jovens Parlamentares.....	31
5. Depois do Encontro em Montevideu – A Institucionalização do Projeto.....	34
6. Conquistas do Projeto	43
7. Desafios para o Futuro	47



APRESENTAÇÃO

Esta publicação resume o trabalho realizado pelos cerca de 3,25 milhões de jovens alunos da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai que participaram desde o ano de 2009 até 2011 de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto Parlamento Juvenil do Mercosul.

Sem dúvida, esta ação constitui uma das apostas fortes do Mercosul Educacional em favor dos jovens da região. Com a finalidade expressa de “contribuir para a integração regional, acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente”, as autoridades educacionais da região idealizaram este projeto para tornar real o desejo de gerar uma consciência mais favorável ao processo de integração, um espírito de solidariedade regional mais perceptível e uma expectativa de futuro mais solidária.

Esperamos que a leitura deste texto chame aqueles que já estão envolvidos no andamento deste projeto a seguirem trabalhando para incorporar mais jovens, docentes e escolas; e aqueles que estão comprometidos com a integração de nossos povos a colaborarem na tarefa de divulgar e aprofundarem os avanços do Setor Educacional do Mercosul.

A colaboração de tantas instituições e organismos de caráter nacional e internacional permitiu que muitas das ações propostas no projeto tivessem um grande alcance territorial e que a celebração do primeiro Parlamento Juvenil do Mercosul na cidade de Montevideú, Uruguai, tenha sido um acontecimento de significativa importância para o processo de integração e em especial para uma nova geração de jovens que novamente veem a possibilidade de serem escutados e de participarem no exercício de uma cidadania ativa.

Juliana Burton
Coordenação Geral do Projeto



INTRODUÇÃO

Como se exerce uma cidadania plena e ativa? Com que mecanismos é possível consolidar a cultura democrática? Como propiciar a integração regional, gerando identidade Mercosul? Como incluir as novas gerações nesses processos?

No ano de 2008, com a vontade de apropriar-se dessas questões e de dar-lhes uma tradução prática e efetiva, o projeto Parlamento Juvenil do Mercosul (PJM) começou a tomar forma. Uma convicção guiava os que estavam elaborando esta política: os jovens, com suas múltiplas vivências, inquietações e preocupações, têm muito para dizer, discutir e propor. Era necessário gerar canais de participação, colocar temas de debate sobre a mesa, reunir em diferentes instâncias a maior quantidade de jovens possível e garantir que os adultos escutassem.

O trabalho constante de adultos e jovens durante os anos de 2009 e 2010 permitiu que tudo isso acontecesse e que o processo, após passar por distintas fases (institucional, local, provincial/departamental/estadual, nacional), culminasse com a celebração do primeiro Parlamento Juvenil do Mercosul, que conseguiu reunir 110 jovens parlamentares durante os dias 16, 17 e 18 de outubro de 2010, na cidade de Montevideú, Uruguai.

A experiência foi pioneira na região, envolvendo cerca de 3,25 milhões de jovens e quase 20 mil escolas secundárias de seis países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai. O alto grau de resposta que teve o projeto – que superou as expectativas iniciais – somado ao compromisso assumido pelas autoridades educacionais dos países participantes, bem como por diferentes organismos internacionais (OEA, Ipe, Unesco e Unicef) que apoiaram esta iniciativa em âmbito regional, motivaram a vontade de garantir a continuidade do projeto, sobretudo pela receptividade alcançada na população jovem. À luz destas conquistas, a meta seguinte é o fortalecimento dos mecanismos de participação dos jovens no processo de promoção da cidadania regional e a institucionalização do Parlamento Juvenil do Mercosul como um canal de participação permanente para os jovens da região.

A seguir, relata-se: o surgimento do projeto; a heterogeneidade dos processos de implementação nos distintos países; a formação do Parlamento Juvenil do Mercosul em Montevideú; as conquistas do projeto; o significado da experiência do PJM para os jovens; e, por último, os desafios para o futuro, no rumo da consolidação deste espaço de participação juvenil na região.

SURGIMENTO DO PROJETO PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL

1

O projeto Parlamento Juvenil do Mercosul surgiu buscando a concretização de um dos objetivos do Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2006-2010, que pleiteava “contribuir para a integração regional, acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente”.

Em reuniões prévias da Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica do Mercosul (CRC-EB), havia sido proposta e considerada a ideia de promover nas crianças e jovens a discussão de temas de interesse nacional e regional que contribuíssem para gerar a consciência de uma cidadania responsável no âmbito da região. O projeto PJM foi ratificado pelo Comitê Coordenador Regional e os ministros de Educação do Mercosul deram seu aval em sua XXXIV Reunião, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 13 de junho de 2008.

A iniciativa do Parlamento Juvenil do Mercosul veio a complementar o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Caminhos do Mercosul pelo Setor Educacional do Mercosul¹.

Também agregou uma dimensão regional às experiências nacionais de participação juvenil com temáticas focalizadas que os países participantes já vinham desenvolvendo.

Cabe destacar que o Parlamento Juvenil, impulsionado pelo Mercosul, também estava em consonância com outras iniciativas hemisféricas, particularmente com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento Integral 2006-2009, formulado pelo Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (Cidi), da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujos esforços se concentravam na consolidação de uma cultura democrática por meio da educação.

1 - O Mercado Comum do Sul, conhecido como Mercosul, foi constituído no ano de 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com a assinatura do Tratado de Assunção. Os países-membros, considerando que a ampliação de seus mercados nacionais, por meio da integração, era uma condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social, acordaram em constituir um mercado comum. Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela são Estados Associados. Em 1992 começou a funcionar organicamente o Setor Educacional do Mercosul. Em todos os países signatários do Tratado de Assunção percebeu-se que a educação devia desempenhar um papel principal e que o Mercosul não poderia ficar restrito somente a entendimentos econômicos.

Mudanças são sempre possíveis

Braian Rocha – Parlamentar Juvenil do Uruguai

O que significou a experiência do Parlamento Juvenil do Mercosul para mim? Algo muito difícil de explicar, pois o parlamento foi um dos fatos mais importantes na minha vida: foi fundamental para o meu crescimento intelectual e pessoal, modificando meu pensamento sobre alguns temas e aprendendo mais sobre outros, além de ser tão bonito aprender, debater, construir e compartilhar momentos únicos e inesquecíveis com jovens de outros países. Aproveito esta oportunidade para dizer o quanto amo meus colegas uruguaios, porque foram eles o fator principal para fazer dessa experiência algo inesquecível em minha vida. Foi um grupo perfeito, sempre vou levá-los em meu coração. Algo que quero transmitir a todos os jovens é que ser um parlamentar não é fácil, requer muito esforço, dedicação, provas e barreiras. Muitas vezes não é bem visto nos centros de estudo que nós, os jovens, tenhamos espaços de participação. Não veem com bons olhos o fato de opinarmos sobre o que vivemos e sobre a educação que queremos, mas é com esforço e dedicação que se conseguem mudanças. Estar respaldado por uma equipe maravilhosa do Uruguai tornou possível ir além, sonhar e lutar por uma educação melhor, apesar de todas as barreiras existentes, para que sempre creiamos nas mudanças. A parte maravilhosa de tudo isso é que qualquer jovem pode participar dessa experiência; não existem restrições quanto ao sexo, gênero, raça, situação socioeconômica, etc. Qualquer jovem pode sonhar em fazer parte do Parlamento Juvenil do Mercosul, qualquer jovem pode contribuir para melhorar a educação. Basta participar, basta sonhar com uma América melhor.

Propósitos do Parlamento Juvenil do Mercosul

O PJM promove a abertura de espaços de participação para os estudantes de nível médio público dos países do Mercosul, que servem de lugar de encontro e diálogo e como plataforma para a geração de propostas sobre temáticas de interesse comum.

Em suas diferentes fases e instâncias, o PJM significa uma experiência formativa para os jovens envolvidos. Os participantes, além de ampliar seus conhecimentos, vivenciam o funcionamento das instituições democráticas e participam de debates construtivos que lhes permitem fortalecer a capacidade para expressar suas ideias, bem como desenvolver habilidades de reflexão crítica.

Dessa forma, o PJM busca dar poder aos jovens, habilitando-os como participantes ativos nos grupos e nas comunidades das quais fazem parte, vislumbrando a necessidade de se envolverem ativamente na esfera pública, exercendo seus direitos e pleiteando sua participação na tomada de decisões coletivas.

O principal propósito do PJM é promover e fortalecer a identidade Mercosul dos jovens, isto é, que tenham uma ligação com o Mercosul, interessando-se por problemas específicos da região e incorporando o conhecimento das instituições do Mercosul como espaços habilitados para resolver problemas e buscar consensos.

O debate e a participação são práticas inevitáveis para uma educação democrática, que respeite os direitos humanos e promova uma cidadania crítica. Embora haja acordo em considerar estas práticas fundamentais, sabe-se que sua implementação é difícil e que é escassa a experiência acumulada. Por esse motivo, vale a pena conhecer e difundir os resultados da primeira edição do Parlamento Juvenil do Mercosul, e contribuir para a consolidação e crescimento desse projeto.

A aposta do PJM representa um grande desafio para os países participantes, pois implica um trabalho permanente e um forte compromisso de uma multiplicidade de atores. Além disso, trata-se de um projeto novo, que, embora tenha antecedentes, propõe um crescimento quantitativo e qualitativo das experiências de participação juvenil realizadas em âmbito nacional. Como se verá nas páginas que seguem, o resultado até o presente momento foi bem-sucedido, porque mobilizou e entusiasmou em igual medida jovens e adultos em uma iniciativa de vital interesse para a região.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EM CADA PAÍS

2

O projeto PJM foi destinado a jovens entre 14 e 18 anos, estudantes dos últimos anos das escolas públicas de ensino médio dos seis países envolvidos na iniciativa.

A partir do questionamento “o ensino médio que queremos”, os jovens trabalharam sobre cinco eixos temáticos: Inclusão Educativa, Gênero, Jovens e Trabalho, Participação Cidadã dos Jovens e Direitos Humanos. Esses temas foram selecionados – entre outros possíveis e de interesse – tendo em vista que se trata de direitos que são reconhecidos nos países, tanto em normativas nacionais específicas como em legislações internacionais às quais se sujeitam os Estados que integram este projeto².

Docentes e escolas tiveram um papel fundamental de acompanhamento e contaram com materiais orientadores (folhetos), em espanhol e português, para dar suporte às ações. O projeto também contou com uma página web bilíngue (<http://parlamentojuvenil.educ.ar>), que serviu para divulgar a iniciativa, para disponibilizar os materiais de trabalho e, por intermédio de seus foros, constituiu-se em uma importante ferramenta de comunicação e intercâmbio.

O projeto se desenvolveu em diferentes fases e com modalidades organizacionais que variaram entre países. Para além dessas diferenças, a estratégia geral fez que existissem etapas locais de debate e participação dos jovens e que se organizassem instâncias de maior alcance territorial, às quais os participantes das fases locais levassem o conteúdo discutido com seus pares. Outro traço comum é que todos os países organizaram uma instância nacional – na qual produziram uma Declaração Nacional – que serviu para selecionar os representantes que participaram do Parlamento Juvenil do Mercosul, realizado na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2010.

Como se mencionou, o processo de implementação adquiriu características particulares em cada país. Em alguns casos, o projeto articulou-se com programas e ações já existentes, vinculadas à participação juvenil. Também se encontraram diferenças nas etapas ou fases organizadas no

2 - Dentro das Declarações e Convenções Internacionais podemos destacar: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

âmbito institucional, local, provincial/departamental/estadual, bem como nos mecanismos de seleção dos jovens que participaram das instâncias nacionais. Essa heterogeneidade significou mais um ganho do que um obstáculo e vale a pena destacá-la.

A seguir, descreve-se de maneira sintética o processo de implementação realizado pelos países:

Na Argentina a implementação ficou sob responsabilidade do Ministério de Educação da Nação, por intermédio da Direção Nacional de Cooperação Internacional e da Direção Nacional de Políticas Socioeducativas; e dos ministérios de educação provinciais.

Houve duas etapas, uma provincial (à qual aderiram 20 províncias) e uma nacional. Na primeira etapa, cada província se comprometeu a garantir os mecanismos de participação juvenil para chegar a selecionar os representantes provinciais que compareceram à instância do Parlamento Juvenil Nacional. Nesta instância, a partir da votação dos mesmos jovens, surgiu o grupo de 26 parlamentares que representou a Argentina no Parlamento Juvenil do Mercosul em Montevideu.

As escolas que aceitaram participar do PJM organizaram uma jornada na qual os estudantes, a partir do tema “Que ensino médio queremos?”, trabalharam sobre os cinco eixos temáticos propostos.

Nos encontros provinciais apresentaram-se os documentos elaborados nas escolas. Nesta instância viu-se um amplo trabalho de pesquisa e produção dos estudantes, que, por exemplo, fizeram levantamento em suas comunidades para conhecer mais sobre os problemas de trabalho, violência de gênero, inclusão educativa. Também elaboraram vídeos, spots de rádio, murais e representações teatrais.

Na Bolívia a implementação do projeto tornou-se possível a partir de um convênio entre o Ministério da Educação do Estado Plurinacional da Bolívia, a Corte Nacional Eleitoral (CNE) – hoje Tribunal Supremo Eleitoral – e a Câmara de Deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional.

A Bolívia tem como antecedente o projeto Comunidades Educativas Democráticas, que se executa dentro do Programa Nacional de Educação Cidadã “Para Viver em Democracia”. A partir dessa

experiência, iniciada em 2009 e conduzida a partir da Corte Nacional Eleitoral, desenvolveram-se processos democráticos em estabelecimentos educacionais para concretizar a escolha das diretrizes estudantis de forma participativa e democrática.

A implementação do projeto realizou-se a partir de um concurso dirigido a jovens de 14 a 17 anos (entre 1º e 3º ano do ensino médio). Para participar, os jovens enviaram, por correio e e-mails suas postulações individuais com o tema “o ensino médio que queremos”, baseando-se nos eixos específicos do projeto. Recomendou-se a eles ler a Cartilha para Estudantes e aportar ideias para melhorar o ensino médio, a partir de sua própria vivência.

Cabe indicar que as cartilhas para estudantes e docentes, bem como os cartazes do projeto, incluíram em suas mensagens as línguas aymara, quechua e guarani.

Laura Marcela López Velásquez – Parlamentar Juvenil da Colômbia

O Parlamento Juvenil do Mercosul foi uma experiência muito especial para nós, representantes, foi um processo educativo, de construção da cidadania, de inclusão ativa das nossas opiniões para a transformação da educação. Não foi só isso, foi também a oportunidade de conhecer culturas, trocar experiências e viver a nossa educação como um bem comum para a nossa região.

Em âmbito nacional, nós, os 16 parlamentares, tivemos a oportunidade de levar aos nossos companheiros uma voz de esperança com a mensagem de participação e igualdade. É saber que há uma oportunidade além das fronteiras e que os nossos pensamentos estão sendo representados por nossos pares. Porém, está em nossas mãos contribuir com a nossa participação para o processo de construção de uma educação de qualidade para as próximas gerações.

Agora o que se segue é concretizar nossos sonhos, plasmados na primeira declaração feita em Montevideu, que os nossos sucessores, os parlamentares juvenis 2012-2014, melhorarão com suas contribuições. Isto requer a participação de todos, que nos apropriemos deste

belo projeto que mudou a visão de muitos de nós, jovens. Sim, há uma oportunidade, e é nossa. Quero também dizer aos meus colegas que não tenham medo de investigar, buscar, conhecer, experimentar. Isso faz parte do cotidiano. Mas o que lhes peço é que o façamos com responsabilidade, que invistam seus maiores esforços para que tragam um benefício para a comunidade. Viva o Parlamento Juvenil do Mercosul, porque construir a escola secundária que queremos não é uma tarefa difícil!

A capacitação dos estudantes realizou-se por meio do Projeto de Comunidades Educativas Democráticas. Também contribuíram nesta tarefa os professores, que trabalharam com os jovens antes do concurso de seleção e, posteriormente, com os parlamentares selecionados para participar do Parlamento Juvenil Nacional.

Cabe mencionar que o ensino médio na Bolívia se encontra concentrado principalmente em estabelecimentos públicos e gratuitos. Isto facilitou uma ampla difusão do projeto e permitiu incluir jovens de áreas rurais e urbanas, de grupos indígenas, de capitais, províncias; e em igualdade de gênero.

A Bolívia, além da Declaração Nacional, produziu a Canção do Parlamento Juvenil do Mercosul.

No Brasil, o projeto teve etapas estaduais que ficaram a cargo das Secretarias de Educação dos 26 estados e Distrito Federal. Nesta instância, cada secretaria organizou um processo de seleção de três jovens para participar da etapa seguinte, a fase nacional. No Encontro Nacional os jovens puderam votar entre si e eleger seus representantes para participar no Parlamento Juvenil do Mercosul, em Montevideu. Eles também visitaram o Parlamento Brasileiro (Congresso Nacional).

Para implementar o projeto, o Ministério da Educação enviou o material de divulgação às escolas e os folhetos às secretarias. Estas últimas estruturaram-se para receber as inscrições dos interessados e organizar o processo de seleção. As secretarias tinham a possibilidade de escolher o processo de seleção mais conveniente, podendo, por exemplo, realizar um concurso de redação entre os jovens ou escolher estudantes entre as escolas que já desenvolviam projetos de participação juvenil.

Por outro lado, deu-se especial atenção para que na instância nacional estivesse garantida a diversidade e a presença de jovens de comunidades indígenas do semiárido e da Amazônia, além de adolescentes das comunidades populares dos grandes centros urbanos.

O processo foi conduzido pelo Ministério da Educação, com apoio do Unicef e do Observatório Jovem.

Na Colômbia, com o slogan “O Parlamento Juvenil faz a diferença”, o projeto foi implementado a partir do Ministério da Educação Nacional, através do Programa de Competências Cidadãs, articulando este projeto com os programas em Direitos Humanos, Convivência e Paz, Democracia e Participação e Cultura da Legalidade. O trabalho desenvolvido pelas instituições educativas em Competências Cidadãs permitiu que este projeto se implementasse e complementasse os processos participativos e democráticos que promovem as instituições educativas.

A configuração de redes de professores de ciências sociais, redes pessoais de estudantes e redes escolares foram um fator relevante para a sustentabilidade do projeto.

O PJM realizou-se em três instâncias: a escolar (debates no interior da escola), os debates locais (realizados nos parlamentos do município) e o Encontro Nacional.

Durante as jornadas de debate, os estudantes trabalharam com os cinco eixos temáticos a partir da pergunta orientadora: “Que escola queremos para a Geração dos Bicentenários?” Por outro lado, tomaram-se os resultados regionais como base para elaborar o documento nacional.

A convocatória esteve aberta para todos os estudantes de nono e décimo grau das instituições educativas oficiais de todo o país. Os estudantes candidatos apresentaram uma iniciativa sobre o tema “A escola secundária que queremos para a Geração dos Bicentenários”. Os jovens que viajaram a Montevideu foram aqueles que se destacaram pela qualidade das iniciativas apresentadas.

No Paraguai, o projeto Parlamento Juvenil do Mercosul realizou-se em diferentes fases e momentos (institucional, departamental, nacional) nos 17 departamentos do país e na Capital, abarcando todas as instituições educativas de nível médio do setor oficial. A proposta foi trabalhada com os

docentes da área de Desenvolvimento Pessoal e Social. A Direção Geral de Educação Secundária encarregou-se da execução do projeto, em parceria com as Coordenações Departamentais de Supervisões e Supervisões Educativas.

Na fase institucional, trabalharam-se em sala de aula os diferentes temas. Logo após, selecionou-se um representante juvenil da instituição que apresentou a proposta na instância de participação departamental.

Na fase departamental, os jovens reuniram-se para debater as propostas geradas e sistematizaram-se as ideias e reflexões sobre os temas pleiteados para gerar a proposta departamental. Selecionou-se um representante juvenil do departamento.

Na instância nacional realizou-se uma oficina de trabalho que durou dois dias, da qual participaram os representantes juvenis de cada departamento. Lá se compartilhou cada proposta departamental com o objetivo de construir um único documento, denominado “Documento País – Parlamento Juvenil do Mercosul – Capítulo Paraguai”, o qual refletia os pensamentos, ideias, sentimentos e pleitos dos jovens do país, atendendo às realidades departamentais.

O Documento País foi posteriormente apresentado pelos 18 parlamentares juvenis aos representantes do Ministério da Educação e Cultura, à Câmara dos Deputados, membros da Comissão do Bicentenário da Nação, Vice-Ministério da Juventude e estudantes representantes das diferentes instituições educativas da capital e departamento central.

No Uruguai, o Parlamento Juvenil do Mercosul foi implementado a partir do Ministério de Educação e Cultura e a partir da Administração Nacional de Educação Pública (Anep) e, dentro dela, pelo Conselho de Educação Secundária (CES) e Conselho de Educação Técnico Profissional (Cetp).

Este projeto marcou-se na concretização de um novo modelo de gestão institucional regulamentado na nova Lei de Educação nº 18.437, que prevê a criação dos Conselhos de Participação com forte presença juvenil.

Desde o final do século XX, o Uruguai vem trabalhando a participação dos jovens. Um dos primeiros projetos sistematizados e avaliados desenvolveu-se entre 2002 e 2004 em coordenação com o Unicef:

“promoção de uma cultura de direitos no sistema educacional”. Posteriormente criou-se uma comissão de participação para buscar estratégias conjuntas entre adultos e jovens e dela surgiram os Encontros Nacionais de Estudantes (desenvolveram-se em Paso Severino I, II e III, em setembro de 2008 e 2009 e 2010), que trabalharam sobre “que liceus querem os estudantes”, os regulamentos de comportamento e de avaliação e a participação juvenil no âmbito da Lei de Educação.

Vale destacar as ações promovidas a partir do Cetp: desde 2008 os jovens participam da Comissão de Avaliação Institucional; e também surgiram, a partir da Lei de Educação nº 18.437, os delegados das comissões de participação. No ano de 2009, o Parlamento Juvenil convocou estudantes de toda a educação secundária de ciclo básico e gerou projetos de melhoramento da educação por departamento. Por último, dentro dos antecedentes, figura a oficina realizada sobre direito à educação com os deputados juvenis de Montevideu e a oficina realizada com todos os deputados juvenis sobre educação tributária em coordenação com a Direção Geral Impositiva (DGI).

No âmbito do PJM, implementou-se um concurso para a elaboração de um vídeo: “Te presento a Uruguay”, que indicou o envolvimento de maior quantidade de estudantes de outro lugar: os Bacharelados de Arte. Os trabalhos foram avaliados por um tribunal de Arte e os dois vídeos vencedores, além de ganharem prêmios, foram convidados como observadores do primeiro Parlamento Juvenil do Mercosul.

O processo de implementação do PJM foi o seguinte: em cada centro educacional as equipes diretoras difundiram o projeto e designaram um professor responsável pela divulgação do material (folhetos). Os centros educacionais habilitaram espaços nas aulas e ao final dos turnos para que os estudantes trabalhassem sobre “o ensino médio que queremos”. Os docentes também desempenharam um papel fundamental no processo. Trabalhou-se com um “diário de bordo” onde os jovens registravam os acordos do grupo e do centro. Posteriormente elegeu-se um jovem de cada um dos 184 centros para participar do Encontro Nacional. Ali, logo após trabalhar em oficinas e debater, elegeram democraticamente um jovem por departamento, ficando assim selecionados os representantes do Uruguai para participar do Parlamento Juvenil do Mercosul, em Montevideu.

Os 19 parlamentares juvenis, logo após intercambiar via web os rascunhos dos documentos, reuniram-se em duas jornadas para definir a Declaração Nacional.

País	Lugar e data da realização do Parlamento Nacional	Quantidade de jovens que participaram do Parlamento Nacional	Quantidade de jovens selecionados para participar do Parlamento Juvenil do Mercosul
Argentina	San Fernando, Buenos Aires, 27 e 28 de setembro de 2010	571	26
Bolívia	La Paz, 13 e 14 de outubro de 2010	80	10
Brasil	Brasília, 14, 15 e 16 de setembro de 2010	99	27
Colômbia	Bogotá, 10 e 11 de outubro de 2010	150	10
Paraguai	Asunción, 4 e 5 de outubro de 2010	150	18
Uruguai	Centro Educativo Raigón do Banco de Previsión Social, Departamento de San José, 31 de julho e 1º de agosto de 2010	184	19
Totais		1.234	110



**O PARLAMENTO
JUVENIL DO MERCOSUL
REALIZADO
EM MONTEVIDÉU**

3

O Parlamento Juvenil do Mercosul realizou-se na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2010.

Os jovens selecionados pelos países receberam uma formação prévia em um foro virtual que se realizou na página web do projeto (<http://parlamentojuvenil.educ.ar>), que consistiu nas revisões de conteúdos vinculados à estrutura institucional e às conquistas sociais do Mercosul. Essa instância virtual também permitiu trabalhar, com antecedência ao Parlamento Juvenil do Mercosul, o regulamento e a metodologia de funcionamento. Também funcionou como um espaço de conhecimento e apresentação dos representantes de cada país.

Compareceram ao Parlamento 110 jovens do Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Colômbia e Argentina. O encontro desenvolveu-se no Edifício Mercosul, onde mantiveram debates intensos e expressaram seus interesses por melhorar a qualidade da escola secundária e destacaram a importância da integração dos países da região, tendo em vista a diversidade cultural.

Os jovens trabalharam em comissões durante as três jornadas. As conclusões de cada comissão foram apresentadas à Comissão Redatora, que se encarregou de consolidar as propostas e elaborar a Declaração Final. Na sessão de encerramento do Parlamento, foi aprovada por unanimidade pelos 110 jovens parlamentares.

Juan Pablo Aguilar – Parlamentar Juvenil da Argentina

A experiência do Parlamento Juvenil do Mercosul foi um divisor de águas e creio que, ao afirmar isso, posso falar por todos os jovens que participaram. O fato de podermos abrir nossas mentes para novas realidades e conhecer um pouco mais do nosso país e dos nossos países irmãos é um exercício muito recomendável para todos os jovens. Significou nada mais, nada menos, do que a possibilidade de sentir-se parte das mudanças através das nossas propostas e ideias.

O Parlamento é um lugar que nos convida a pensar e a propor, onde se demonstrou que discussões organizadas podem alcançar muitas metas e são o caminho mais apropriado

para modificar situações desfavoráveis. Aprendemos a escutar, mas escutar de verdade, não só com os ouvidos, mas também com o coração, de forma aberta, eliminando tantos preconceitos que às vezes certos grupos (entre eles, lamentavelmente, alguns meios de comunicação) nos querem vender como reais, mas que na verdade não o são; e guiados por esse objetivo comum de buscar a escola secundária que nós, os jovens, queremos.

A inclusão educativa foi o tema que mais me interessou. Que uma criança esteja dentro e possa nele se formar é o mais importante de todo este trabalho. Por isso pleiteamos desde o início a necessidade de ter equipes multidisciplinares para acompanhar as crianças em risco. A escola não deve ser um mero local de passagem, nem um lugar aonde “vou porque me obrigam”. Deve ser um espaço de aprendizagem, inclusão e formação dos jovens durante os 5 ou 6 anos que durar a educação secundária sem riscos de que esse processo seja interrompido, facilitando o acesso aos grupos sociais mais vulneráveis, porque com a educação também podemos começar a sanar as diferenças e avançar para uma sociedade mais igualitária. E o que é mais importante: com uma real igualdade de oportunidades para todos.

Àqueles que ainda não participaram destes encontros digo que deveriam participar. Muitas vezes nos sentimos apartados da tomada de decisões e da vida política e esse projeto nos aproxima de tudo isso. O mais importante é que devemos participar para sermos ouvidos, dizer que estamos aqui, queremos melhorar e encontrar soluções para os nossos problemas. Como disse uma vez uma figura latino-americana muito importante: “[...] A juventude precisa criar uma juventude que não acredita que é na verdade uma anomalia”. Eu, pessoalmente, convido a todos os jovens argentinos e latino-americanos a criar e a recuperar o papel de protagonista que a juventude deve ter nas mudanças sociais.

Declaração do Parlamento Juvenil do Mercosul

Nós, jovens estudantes, reunidos aqui em Montevideu, Uruguai, para o primeiro encontro do Parlamento Juvenil do Mercosul nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2010. Dentro deste processo de diálogo e debate nos serviu para elaborar propostas com o fim de construir: o ensino médio que queremos, baseados nos cinco eixos temáticos abaixo, que são:

1 – Inclusão Educativa

- a) Inclusão do ensino das línguas oficiais dos países integrantes do Mercosul, segundo os critérios dos sistemas educativos de cada país.
- b) Integração de todos os alunos, independentemente de sua classe social, etnia ou capacidade. Para isso é necessário que haja uma estrutura e uma equipe multidisciplinar adequada.
- c) Orçamento equitativo à educação. Transporte e merenda escolar gratuitos e obrigatórios.
- d) Existência de equipe multidisciplinar com psicólogos e pedagogos para acompanhamento do ensino.
- e) Garantir educação pública, obrigatória, laica e gratuita.
- f) Fortalecimento e difusão das leis de mobilidade estudantil.
- g) Ramificação do ensino no 9º ano.

2 – Jovens e Trabalho

- a) Exigência de orientação vocacional, direito trabalhista em níveis obrigatórios e convênio com empresas para estágios.
- b) Criação de cursos técnicos variados de acordo com fatores geográficos.

3 – Participação Cidadã

- a) Implementação de Conselhos de Participação (professores, pais, sociedade, etc.) e organizações juvenis para tomada de decisões relacionadas à educação e questões democráticas.
- b) Criar uma página da web onde todos os jovens possam contribuir com suas propostas e inquietações, ou seja, uma revista eletrônica administrada por jovens.
- c) Criação de espaços onde se tratem temas escolhidos pelos estudantes da mesma classe.
- d) Que os meios de comunicação estatais divulguem obrigatoriamente a participação juvenil.

4 – Gênero

- a) Deve-se fomentar o equilíbrio entre os direitos de homens e mulheres por meio da educação desde a mais tenra idade, para evitar a discriminação e promover a equidade.
- b) Que toda jovem grávida possa terminar seus estudos pelos meios adequados à sua situação.

5 – Direitos Humanos

- a) Conscientização e educação em direitos humanos e meio ambiente no eixo transversal em todas as disciplinas desde a mais tenra idade.
- b) Tratamento de temáticas relacionadas ao passado recente da América Latina, golpes de Estado e outras ações relacionadas com a eliminação e destruição dos direitos humanos.
- c) Criar projetos para a conservação ambiental, como reciclagem, reutilização e outros.
- d) Acompanhar e monitorar jovens que praticam e sofrem agressões.
- e) Educação sexual.

Finalmente, deixamos claro que nós, jovens, temos em nossas mãos a construção dos nossos projetos de vida, mas para isso necessitamos não só de um voto de confiança, mas também de condições intelectuais e materiais que tornem isso possível desde hoje e em diferentes espaços. Solicitamos a institucionalização do “Parlamento Juvenil do Mercosul” na região, integrado por jovens provenientes de todos os países-membros e associados, eleitos democraticamente por seus pares. Propomos que o Parlamento Juvenil do Mercosul seja realizado a cada dois anos, incluindo um ano anterior de trabalho em cada um dos países. Solicitamos que as autoridades levem em conta as propostas deste documento e com isso nos ajudem e apoiem na construção do ensino médio que queremos.

Parlamento Juvenil do Mercosul

No dia 18 de outubro, no âmbito da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul de “adultos” e com a presença do Presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica; e os chanceleres dos países do Mercosul (da Argentina, Héctor Marcos Timerman; do Brasil, Celso Amorim; do Paraguai, Héctor Ricardo Lacognata Zaragoza; e do Uruguai, Luis Leonardo Almagro Lemes), os representantes nacionais de cada uma das delegações juvenis leram a Declaração do Parlamento Juvenil do Mercosul e fizeram a entrega de um exemplar ao Presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica.

O alto grau de comparecimento que teve o Parlamento Juvenil do Mercosul nas fases nacionais e o forte compromisso assumido pelas distintas autoridades educacionais de todos os países refletiram-se no desenvolvimento da instância regional. Assim o demonstrou a presença de altos funcionários de todos os países e, sobretudo, a vontade expressa de garantir a continuidade do projeto.

A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS PARLAMENTARES

4

Os jovens que participaram das distintas instâncias do PJM envolveram-se com notável entusiasmo no projeto. Muitos afirmaram que a iniciativa os mobilizou radicalmente, que se tratou de uma experiência que mudou seus rumos, uma linha divisória entre o antes e o depois: “O Parlamento mudou minha vida”, repetiram muitos jovens, marcando seu significado em termos de um crescimento tanto pessoal quanto intelectual.

Mauren Elba Maturano Segobia – Parlamentar Juvenil da Bolívia

O parlamento juvenil, por ser uma instância de participação e representação nacional, aumentou o amor que sinto pelo meu país. Lembrou-me também da responsabilidade que tenho, como todo boliviano, de fazer o possível do meu sentimento, meu pensamento, minha realidade e com as propostas dos jovens que representei, para contribuir para o desenvolvimento, o progresso, e assim alcançar e viver a Bolívia que queremos.

Creio que esse tipo de iniciativa faz crescer o sentimento de ligação do povo com seu país, de querer trabalhar por ele. É por isso que desejo muito que esse tipo de espaço aberto aos jovens se amplie a setores esquecidos, que não são levados em conta, e que continuem seguindo adiante para o bem do nosso país.

O PJM permitiu-lhes compartilhar e intercambiar ideias e vivências com outros jovens da região, todos com histórias de vida muito distintas. Isto lhes possibilitou abrirem-se para o conhecimento e a compreensão de novas realidades e experimentarem, no âmbito de diferenças – que não devem ser suprimidas ou perder-se de vista –, muitas preocupações e expectativas comuns.

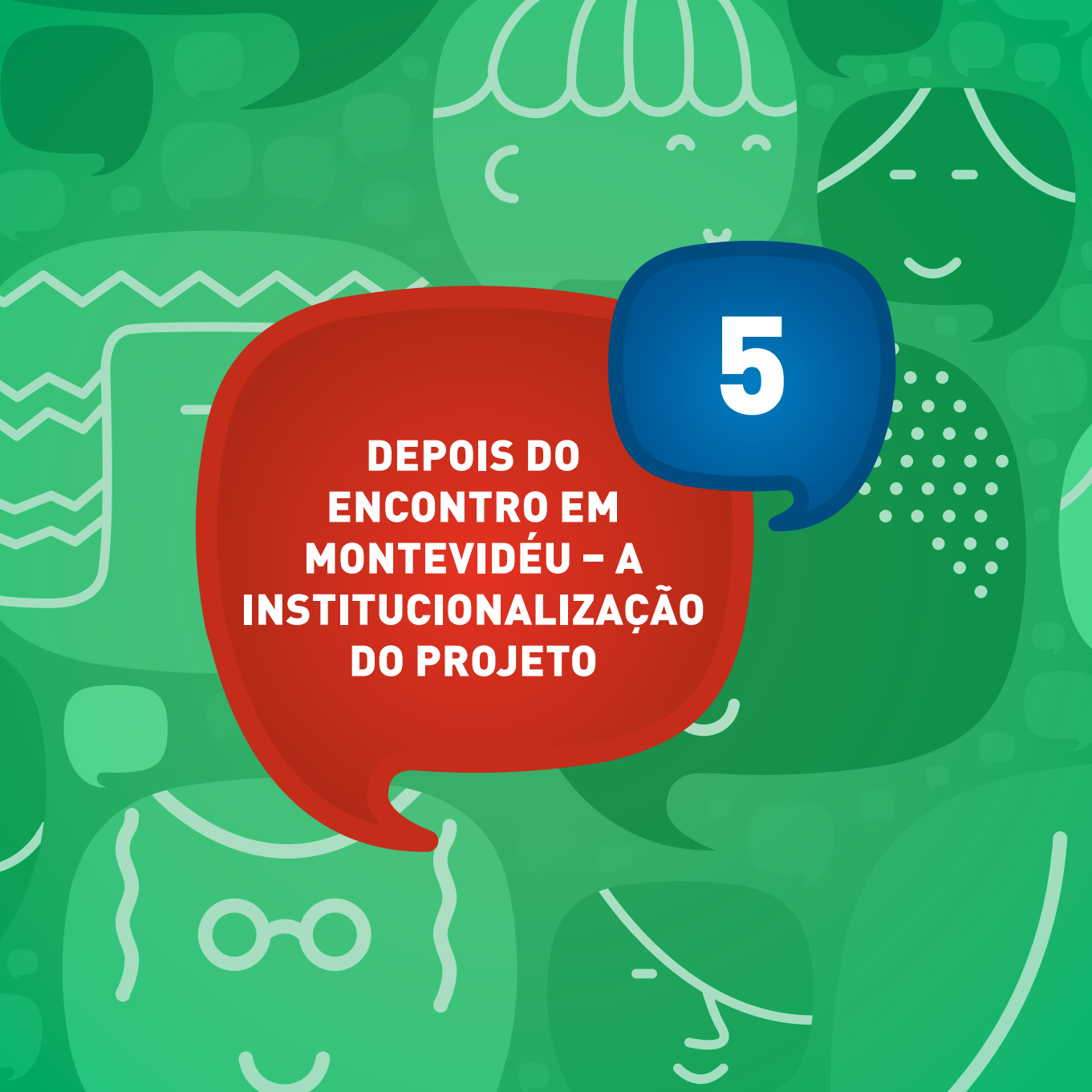
Por outro lado, constituiu um importante desafio intelectual, pois os jovens tiveram de aprofundar seus conhecimentos em temáticas complexas para construir seus próprios posicionamentos. Os aprendizados adquiridos foram múltiplos. Entre eles destaca-se a participação: aprender a debater, a argumentar posições, a gerar consensos, a escutar os outros e a fazer-se ouvir. Os jovens viveram, sentiram e experimentaram que a democracia é um exercício. Também vivenciaram que ser parlamentar não é tarefa simples: é um trabalho que requer compromisso, responsabilidade e dedicação; e deram-se conta de que estavam diante de uma oportunidade

excelente e pouquíssimo frequente e que era necessário aproveitá-la, defendê-la, valorizá-la, para que cresça e se multiplique.

Os jovens entenderam que os adultos estavam ali para garantir a existência deste espaço de participação e debate, para tornar possível que suas demandas e propostas tivessem receptividade. Também entenderam que o protagonismo juvenil não consiste apenas em realizar diagnósticos ou demandas, mas também em pensar juntos formas de resolver situações desfavoráveis.

“As mudanças são possíveis”, declararam em uníssono, e é necessário lutar por uma educação melhor, para tornar realidade os sonhos compartilhados. Nesse sentido, não pouparam palavras para expressar seus anseios: uma escola para todos, que esteja atenta aos problemas por que passam os jovens cotidianamente; que os prepare para a vida, para o trabalho e para ser alguém no futuro; que os ensine a pensar, debater, criticar e propor.

Os jovens participantes da primeira edição do PJM também levantaram outra questão: eles estavam sendo pioneiros, abrindo o terreno para que sucessivas gerações de jovens seguissem seus passos. Diante disso, mostraram maturidade e generosidade, convidando seus pares a se juntarem e a dizer “presente”.



DEPOIS DO ENCONTRO EM MONTEVIDÉU – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROJETO

5

O projeto Parlamento Juvenil do Mercosul continuou após o encontro de Montevideu, em outubro de 2010. É muito importante destacar que em todos os países participantes a iniciativa foi se aprofundando e institucionalizando por distintas vias. Por um lado, buscou-se ampliar a cobertura do projeto, somando-se escolas e jurisdições e articulando-se com novos programas e outros ministérios. Também houve continuidade da difusão e dela participaram, com impulso e entusiasmo, os mesmos jovens parlamentares. Outro traço da institucionalização do PJM é que tanto o projeto quanto o item “participação juvenil” foram adquirindo cada vez mais visibilidade em planos e metas educacionais dos distintos países. É importante ressaltar também a presença das delegações de jovens parlamentares em eventos de alcance nacional e regional, o que se constituiu em um sinal claro, oferecido pelos Estados, da legitimidade outorgada a este coletivo juvenil. Por último, foi notável a promoção da participação dos jovens parlamentares em diferentes instâncias: com adultos, com outros jovens, reunindo-se com outros coletivos, propondo novos temas para futuros Parlaentos Juvenis do Mercosul.

Tudo isso é um exemplo do potencial do projeto e de como ele pode gerar nos próprios jovens um maior protagonismo, tanto em âmbito nacional quanto do Mercosul.

A seguir destacam-se os aspectos mais relevantes que demonstram os avanços e conquistas do processo de institucionalização.

Ampliação da difusão e cobertura do projeto

Durante o ano de 2011, os países focaram a difusão e ampliação da cobertura do projeto.

Na Argentina, a partir da Direção Nacional de Políticas Socioeducativas do Ministério de Educação da Nação, ampliou-se o universo de escolas secundárias participantes. Conseguiu-se a institucionalização do projeto em âmbito nacional. Outro aspecto que contemplava o projeto durante 2011 consistiu na elaboração de projetos socioeducacionais de participação juvenil, com fixação territorial, que pretendia associar escolas com necessidades comuns e concretizar propostas apresentadas pelos jovens parlamentares.

De sua parte, a Bolívia continuou a difusão do projeto através da página na web do Ministério da Educação e nas unidades do Sistema Educacional Plurinacional, fortalecendo este processo com

as redes sociais. Além disso, o ministério publicou um relato compilando as ações realizadas pelos integrantes do Parlamento Juvenil do Mercosul na Bolívia. Está previsto que as ações de PJM continuem sendo implementadas e que se chegue à totalidade dos estabelecimentos educacionais secundários públicos da Bolívia.

Da mesma forma, na Colômbia, os 16 parlamentares juvenis elaboraram o blog “o que nós, os jovens, queremos” (<http://menparlamento.blogspot.com>), um espaço no qual mais de 2 mil estudantes opinam sobre a participação e a democracia, a valorização das diferenças e os direitos humanos. Também no âmbito do programa Competências Cidadãs, difundiu-se o folheto para docentes do projeto por meio do “explorador cidadão” – um aplicativo que promove seu uso pedagógico – a mil educadores da educação básica.

No caso do Paraguai, como estratégia de difusão, foram distribuídos CDs com os folhetos do projeto a todos os docentes de educação secundária. Além disso, os temas de debate estão fortalecidos no currículo do ensino médio, na disciplina “Desenvolvimento Pessoal e Social”; e também nos cursos de capacitação docente desta disciplina, iniciados em 2010.

No Brasil, a principal estratégia de difusão foi a realização de conferências estaduais, com o objetivo de fomentar o interesse dos alunos pelas discussões dos temas relativos ao ensino médio, bem como desenvolver a função de representação dos estudantes no Parlamento Juvenil.

No Uruguai, para uma maior difusão do PJM e a promoção da participação genuína, os jovens parlamentares elaboraram um projeto para empreender ações conjuntas com as Intendências Departamentais e outras organizações sociais que envolvam jovens.

Presença do projeto em planos e metas educacionais e articulação com outros programas e ministérios

Outro traço que demonstra a institucionalização do PJM é sua presença em legislações, planos e metas, bem como a articulação com novos programas e outros ministérios.

No caso da Bolívia, as recomendações dos jovens foram levadas em conta na educação secundária no âmbito dos temas curriculares. Por outro lado, é importante destacar que na nova Lei de

Educação Avelino Siñani – Elizardo Pérez nº 70, de 20 de dezembro de 2010, reconhece-se a participação das organizações estudantis na defesa de seus direitos.

No Paraguai, a Direção Geral de Educação Média acordou incluir o projeto no Plano Estratégico para o ano de 2011, de modo a fortalecer os espaços de participação dos jovens da educação média.

Na Argentina, promoveu-se a articulação do projeto com o Ministério da Saúde, ao qual também incorporou-se o tema de Comunicação e Meios, mobilizando os jovens para que desenvolvam rádios escolares para estimular a reflexão e participação.

No Brasil os parlamentares juvenis reuniram-se em janeiro de 2011 em Brasília com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar temas relacionados ao ensino médio. Os jovens parlamentares estão muito envolvidos com o PJM, buscando contribuir com propostas de melhorias do ensino médio, tanto em âmbito estadual quanto federal. Com seu papel de representantes da juventude, eles têm contato com autoridades locais (como diretores de escolas), estaduais (como secretários de educação, parlamentares adultos de seus estados e governadores) e federais (via Ministério da Educação), de forma que têm um canal para comunicar suas propostas oficialmente.

Manuel Villar – Parlamentar Juvenil do Paraguai

O Parlamento Juvenil do Mercosul foi uma das primeiras oportunidades em que os jovens estudantes do Mercosul debateram sobre pontos que atualmente são de grande relevância para o futuro da educação e da juventude na região; uma possibilidade única de reconhecer que as forças e fraquezas de um país não são só deste país; um encontro onde o Mercosul jovem, aquele que clama por espaço e atenção, demonstrou que pode trabalhar unido com muita responsabilidade e patriotismo, fazendo da integração um fato que não está só nos discursos, mas também nas ações.

Aprendemos a debater, a escutar, a expressar claramente as ideias que serviram de base para todas as declarações, a analisar cada realidade. E, o melhor de tudo, aprendemos a

trocar experiências com outras culturas, que serviram de grande atrativo para que o encontro se convertesse realmente em um fato histórico e inédito para o Mercosul.

Pessoalmente, as questões mais interessantes foram as que tratavam de responsabilidade e participação juvenil em diferentes setores da sociedade, especialmente na educação de cada país, promovendo a liderança e a energia necessária para ser um verdadeiro agente de mudanças no Mercosul.

A Colômbia, por sua vez, articulou as propostas do projeto com todas as ações de formação para a cidadania que executa o Ministério da Educação Nacional, com o qual se geraram propostas estratégicas para serem implementadas no âmbito da política de qualidade e especificamente do programa Competências Cidadãs e o Programa de Educação para a Sexualidade e Construção de Cidadania.

No Uruguai, a nova Lei de Educação, implementada em 2010, indica maior participação. Dentro das linhas estratégicas da Administração Nacional de Educação Pública (Anep) figura a promoção da participação dos jovens. Nesta linha, foram nomeados professores de referência para a participação em cada departamento e as autoridades pretendem integrar todos os projetos que tenham em comum a participação dos jovens, incluindo o PJM, o que contribui para a dimensão regional. Também estabeleceu-se contato com o Ministério de Desenvolvimento Social, que é quem trabalha o tema Juventude.

O protagonismo dos jovens parlamentares

Durante 2011, o projeto gerou uma diversidade de iniciativas para que os jovens parlamentares continuassem se reunindo, discutindo, dialogando com outros interlocutores e difundindo suas experiências.

Na Argentina, os jovens parlamentares assumiram um compromisso com o projeto que possibilitou a conformação de uma “Mesa Consultiva de Jovens” para o seguimento de políticas educativas. Também propuseram novos eixos que se estabeleceram para as discussões e debates de 2011:

organização juvenil e centros de estudantes, comunicação e jovens, direito à saúde, direitos humanos, integração latino-americana e participação política e cidadã.

No dia 3 de maio de 2011, foi lançado o PJM sob o lema “participar é a tarefa”. Os parlamentares juvenis expuseram sua experiência perante aproximadamente 300 jovens que assistiram ao evento.

Na Bolívia, durante o ano de 2011, os jovens parlamentares continuaram desenvolvendo em suas unidades educativas eventos de capacitação e de socialização do Parlamento Juvenil. Em outubro de 2011, na cidade de Trinidad, departamento do Beni, foi realizado o Encontro Parlamento Juvenil com jovens representantes e líderes de mais de 41 unidades educativas.

No Brasil, os jovens participaram do 1º Encontro Nacional de Grêmios da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Os parlamentares juvenis articularam-se com outros estudantes em foros de discussão. Em apoio a essas iniciativas, o ministério enviou cartas de reconhecimento sobre o que representam os parlamentares para que fossem recebidos como tais em diversos cenários. Os 27 parlamentares multiplicaram suas experiências em diversos estados, municípios e escolas organizando conferências. Realizaram-se reuniões no estado do Tocantins e do Espírito Santo.

Na Colômbia, o projeto apropriou-se de uma das estratégias de trabalho do programa Competências Cidadãs. Assim, em agosto de 2011, os parlamentares participaram de dois foros regionais sobre a qualidade da educação e, em novembro de 2011, no Foro Nacional de Educação, no qual a representação dos estudantes de educação básica e média do país fizeram propostas sobre o papel que desempenham na construção da cidadania e da educação com que sonham. Finalmente, os jovens parlamentares participaram e apoiaram a realização de um foro virtual no qual refletiram acerca da participação da escola no desenvolvimento da cultura da legalidade.

Os 16 parlamentares reuniram-se na cidade de Medellín, nos dias 21 e 22 de outubro de 2011, a fim de recolher as impressões de sua passagem pelo Mercosul 2009-2011. Foi um espaço de reencontro e reconhecimento das ações realizadas.

No Paraguai, cinco jovens, no âmbito da inclusão educativa, discutiram sobre uma proposta de lei de financiamento de educação. E, no Mês da Juventude, realizou-se a Semana da Realidade Nacional com os estudantes, que em cada departamento foram acompanhados por um deputado,

para pleitear as temáticas que promove o Parlamento Juvenil em cada um dos estabelecimentos educacionais.

No Uruguai, os jovens do projeto trabalharam com a Mesa Permanente de Jovens do Projeto Participação e Escuta, que se reúne periodicamente em torno de temas de interesses centrados na educação secundária.

Os parlamentares organizaram a “Primeira Mesa de Diálogo de Educação”, realizada na cidade de Palmar, nos dias 16 e 18 de novembro de 2011, com todos os atores do sistema educacional: estudantes de toda a educação, docentes, inspetores, funcionários, integrantes das Assembleias Técnico-Docentes, entre outros. Compareceram também, como convidados, dois parlamentares juvenis do Brasil.

Por sua vez, em cada departamento, e trabalhando em conjunto com os integrantes da Mesa Permanente de Estudantes e Delegados dos Conselhos de Participação das Escolas Técnicas, os parlamentares realizaram reuniões de intercâmbio sobre a educação média. Participaram também de encontros de jovens da educação secundária e técnico-profissional, bem como do primeiro encontro de intercâmbio de práticas pedagógicas bem-sucedidas, realizado na intendência municipal de Montevideú, apresentando sua experiência.

Os parlamentares juvenis participaram de encontros juvenis com distintos grupos de estudantes, tanto na cidade de Paso Severino como na cidade de Piriápolis.

É importante destacar o protagonismo dos jovens parlamentares em esfera regional. Nos dias 17 e 18 de agosto de 2011, organizou-se uma reunião na Argentina da qual participaram dois jovens parlamentares por país, em representação de suas delegações. Essa reunião mostrou o compromisso assumido pelos jovens com o progresso e o futuro do PJM para as edições seguintes.

Por um lado os jovens ratificaram a metodologia de trabalho utilizada no encontro de Montevideú, discutindo e aprovando um Regulamento Regional com pautas para o funcionamento dos Parlamentos Juvenis do Mercosul. Por outro lado, na mesma reunião, os jovens parlamentares repassaram os eixos temáticos trabalhados, identificaram temas que não deveriam passar em branco nas discussões dos futuros parlamentos e incorporaram um novo eixo de trabalho: a integração regional.

Participação em foros e eventos nacionais e internacionais

Depois do Encontro de Montevideú, os parlamentares juvenis foram convocados a participar de diversos eventos nacionais e regionais de ampla transcendência. Nessas instâncias tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões, intercambiar com adultos e difundir a Declaração de Montevideú. Esse é um claro sinal do reconhecimento e da legitimidade que os Estados participantes outorgaram à voz dos jovens envolvidos nesta experiência, considerando-a representativa da juventude da região.

X Cúpula Social do Mercosul 2010 e Cúpula de Presidentes do Mercosul 2010

Entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2010, a Presidência da República Federativa do Brasil organizou um novo encontro de parlamentares juvenis do Mercosul na cidade de Foz de Iguaçu, Brasil, no âmbito da Cúpula Social do Mercosul e da Cúpula de Presidentes do Mercosul.

Primeiramente, houve uma instância na qual os jovens parlamentares debateram para chegar a um documento unificado sobre as propostas do Documento do Parlamento Juvenil do Mercosul (aprovado pelo Parlamento Adulto do Mercosul).

Desde sua jornada inaugural, os jovens assistiram à Cúpula Social do Mercosul, presenciando conferências sobre Integração, Democracia e Desenvolvimento. Também foram convidados a participar das comissões de trabalho (juntando-se livremente segundo seus interesses pessoais) e estiveram presentes no ato de finalização, no qual se expuseram as conclusões sobre os temas discutidos nas comissões.

Ao início da Cúpula de Presidentes, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Fernando Armindo Lugo de Méndez discursaram, acompanhados de distintos mandatários da América Latina. Em tal âmbito, jovens representantes de cada país (junto aos adultos parlamentares do Mercosul) participaram do debate central da Cúpula Presidencial, dando conta da atividade realizada em Montevideú, apresentando a Declaração perante os Presidentes e solicitando o respaldo das instituições sub-regionais.

Celebração do Bicentenário no Paraguai

Motivado pelos festejos de comemoração do Bicentenário, o Paraguai convidou três representantes do PJM por país a participar de um encontro denominado Compartilhando o Bicentenário da Independência no Paraguai – Um Olhar para a nossa História com os Jovens Bicentenários, que se realizou na cidade de Asunción entre os dias 11 e 14 de maio de 2011, atividade organizada pelo Vice-Ministério da Educação para a Gestão Educativa e coordenada pela Direção Geral de Educação Média.

Ali organizou-se o foro Um olhar para a nossa História com os Jovens Bicentenários, que contou com a presença do Ministro de Educação e Cultura do Paraguai e a participação de distintas figuras da história nacional do Paraguai, bem como de importantes referências do jornalismo e representantes do poder Legislativo do país.

Também se realizou a oficina Legado dos Jovens do Bicentenário, na qual se trabalhou com sete eixos temáticos: econômico, cultural, histórico, social, educacional, talento humano (recursos humanos) e tecnologia. Ali, os jovens, por um lado, sintetizaram o que esperavam a respeito de cada um dos aspectos debatidos; e, por outro lado, consolidaram seus compromissos com vistas a atingir aquelas metas. Em todos os casos, enfatizaram sua intenção de participar, de se organizar em coletivos juvenis, de incentivar a apresentação de propostas; ou seja, insistiram na necessidade de se unirem e de serem protagonistas dos processos de mudança em que aposta a região.

Por outro lado, os jovens do PJM participaram do maior Encontro Educacional do Bicentenário, “Yvy Marane’y”, que teve lugar na Base Aérea Ñu Guasu. Tratou-se de um encontro de convivência e intercâmbio que durou todo o dia, no qual 200 mil participantes de diversos lugares do país compartilharam ideias e sentimentos por meio de expressões artísticas, esportes, dinâmicas grupais de integração, debates e outras atividades.

No âmbito dessas atividades, os parlamentares juvenis paraguaios participaram da sessão da Câmara de Deputados, na qual se apresentou o Anteprojeto de Lei Igualdade Educativa para a dotação de laboratórios de informática às instituições educativas de nível médio do setor oficial de todo o país.



CONQUISTAS DO PROJETO

6

Nas seções anteriores registraram-se grandes conquistas alcançadas pelo PJM. O projeto foi muito além do previsto inicialmente, gerando articulações muito diversas e enriquecedoras, capitalizando e potencializando experiências acumuladas e estimulando a fazer crescer todas as iniciativas que contribuíssem para consolidar a cultura democrática por meio da participação juvenil.

O alcance do projeto sem dúvida foi significativo, sobretudo quando se contrasta com as expectativas projetadas no momento de sua elaboração e formulação. Dados surpreendentes demonstram que 19.676 instituições escolares de nível médio foram envolvidas no projeto ao longo destes três últimos anos e que 3.230.360 foi o número de jovens que participaram nas diferentes instâncias (local, regional, nacional e internacional) em que se realizou o projeto nos seis países.

Quantidade de escolas de nível médio envolvidas no projeto	Quantidade de jovens de nível médio envolvidos no projeto
19.676	3.230.360

Estas cifras correspondem-se com outro fato: o forte enraizamento que o Parlamento Juvenil do Mercosul conquistou nas políticas educativas dos países participantes.

No caso do Brasil, faz parte das políticas prioritárias do Ministério da Educação para o nível médio, complementando outras políticas, como o Mais Educação, cujo objetivo é a ampliação da jornada com atividades de educação ambiental, direitos humanos, cultura digital e outros, ou o programa Ensino Médio Inovador, que busca desenvolver soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras.

Visível também é o caso do Paraguai, onde o projeto se articula com outras iniciativas de instituições do governo vinculadas à juventude, como o Vice-Ministério da Juventude e a Unidade Coordenadora de Ressignificação da Educação Média, através de “conversas” com jovens inseridos ou não no sistema educacional nacional.

Também experiências como a da Colômbia, onde o Ministério da Educação promove e orienta nos estabelecimentos educacionais do país o desenvolvimento de competências cidadãs para o exercício dos direitos humanos por meio do programa Competências Cidadãs, que, entre suas ações, tem como destaque as atividades do projeto PJM.

No caso da Argentina, a Direção Nacional de Políticas Socioeducativas realiza este projeto em um âmbito de ação que busca a coordenação das políticas educativas com as políticas de saúde, trabalho e desenvolvimento social para dar uma resposta integral aos problemas que criam obstáculos às trajetórias escolares. Desta forma, o projeto PJM serve para fortalecer espaços de participação e diálogo juvenil e estender pontes da e para a escola.

A experiência do Uruguai também é ilustrativa, dado que os parlamentos desenvolvidos pelo Grupo Promotor da Participação Juvenil do Conselho de Educação Secundária já contam com uma importante trajetória e conseguiram envolver-se com o processo iniciado pelos Parlamentos Juvenis do Mercosul.

Ou como o caso da Bolívia, onde o projeto PJM, sobre a base da experiência do projeto Comunidades Educativas Democráticas, realizado pelo Tribunal Supremo Eleitoral, firma um convênio com este organismo e com a Câmara de Deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional, com o objetivo de apoiar as atividades de capacitação dos docentes e de acompanhamento e formação dos jovens.

O PJM é o resultado de um trabalho constante iniciado no ano de 2008, que foi se recriando a partir das particularidades locais e nacionais, mas sem perder de vista seu objetivo comum: fortalecer os mecanismos de participação de jovens, promover uma cidadania regional e institucionalizar o Parlamento Juvenil do Mercosul como um canal de participação permanente para os jovens da região, para que a participação juvenil não seja uma oportunidade excepcional que ocorre em certas ocasiões, ou um privilégio, mas um exercício cotidiano.

Cassiano Santana – Parlamentar Juvenil do Brasil

O PJM significou uma abertura entre fronteiras, entre mentes, entre visões. Viver essa experiência foi uma emoção sem igual. Através do Parlamento aprendi a viver politicamente em busca de integração, da fraternidade entre as nações, em favor de uma identidade única, com suas devidas peculiaridades. Sim, pois não há nenhuma unidade completamente homogênea. Pude fazer parte e levantar bandeiras em prol da educação não só no Brasil, mas também nos outros países-membros e associados do bloco. Através desse projeto compartilhei vivências que eu jamais havia imaginado, porque elas me deram oportunidades únicas, que eu jamais vou esquecer. Discuti sobre educação e Mercosul com figuras de importância nacional e internacional, com as quais eu só tinha contato por meio de leitura de jornais. Aprendi que o Mercosul não é uma esperança, pois, se o fosse, seria muito abstrato. O Mercosul é uma realidade. Não há dúvidas a respeito disso. Agora é tempo de discutir seu alcance e a concretização de políticas conjuntas. E isso tem sido realizado.

O PJM definiu o que eu sou hoje. E digo isso com clareza. E ainda acrescentaria: definiu meu futuro. Estive em contato, ao longo dessa experiência, com o que mais admiro profissionalmente: as relações internacionais. Além disso, vivenciei a minha paixão principal: a diplomacia. Estou certo de que me tornarei um diplomata brasileiro. Para dizer a verdade, esse desejo já era latente, mas a confirmação – precisamente – só se deu através da experiência do Parlamento.

Em síntese, o PJM foi uma oportunidade única de compartilhar conhecimentos, experiências e saberes. Nunca antes integramos – e digo isso por toda a delegação brasileira – uma mistura de sotaques tão diversos, em uma dimensão tão grande, um encontro de mentes e pensamentos críticos, um projeto em que todos têm as mesmas esperanças. De fato, essa experiência serviu como divisor de águas nas nossas vidas. Aprendemos o que é ser jovem em seu significado mais amplo e exuberante. Sentimo-nos fortes e unidos.

DESAFIOS PARA O FUTURO

7

As autoridades educacionais dos países participantes do PJM valorizaram o histórico do projeto e manifestaram sua vontade de sustentá-lo e dar-lhe continuidade.

No Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2011-2015, aprovado pelos Ministros de Educação do Mercosul, marca-se a necessidade de institucionalizar o programa do Parlamento Juvenil de Mercosul, bem como a realização de encontros bienais do Parlamento Juvenil do Mercosul, com o objetivo de continuar fortalecendo os mecanismos de participação dos jovens no processo de promoção de cidadania regional.

Tal como foi demonstrado ao longo deste documento, o PJM superou amplamente as expectativas iniciais, situação que nos estimula e anima a redobrar a aposta, sustentar o conquistado e ir além. O PJM tem novas metas a atingir. Por um lado, é importante incorporar mais países a esta iniciativa, estimulando uma identidade cidadã regional; e dentro de cada país é desejável somar mais departamentos/províncias/estados, mais instituições educativas e mais jovens. Este objetivo não está concebido em termos meramente quantitativos. O projeto persegue a incorporação efetiva, comprometida e responsável de seus protagonistas, com vistas ao desenvolvimento de uma reflexão sistemática sobre temas comuns e o fortalecimento das pontes de comunicação e intercâmbios de informação em duas dimensões: a geográfica – referente às realidades locais, nacionais e regionais – e a intergeracional.

Um horizonte do projeto Parlamento Juvenil do Mercosul – presente desde que se gerou a iniciativa – é que a visão da escola secundária dos jovens (seus diagnósticos, as dificuldades detectadas, etc.), bem como as propostas esboçadas nas diferentes instâncias, encontre canais de recepção e entre em diálogo com os processos de elaboração das políticas da região.

Para tal, é importante seguir mantendo e ampliando a comunicação e o intercâmbio entre jovens e adultos, avaliando tanto os problemas quanto as soluções possíveis para alcançar o ensino médio que todos queremos.

O papel dos docentes também deverá ser fortalecido, oferecendo mais espaços de participação, para que transformem suas experiências e para que intercambiem com outros docentes acerca de

suas práticas. Deste modo se alcançará um maior envolvimento com as temáticas e os objetivos do projeto.

Há alguns anos, os países da região têm unido esforços para conseguir que seja efetivada a obrigatoriedade escolar do nível médio. Embora seja importante aumentar os anos de escolarização obrigatória e ampliar a cobertura, é necessário também implementar reformas nos formatos escolares tradicionais, para que a experiência educativa dos jovens seja significativa e produtiva.

O PJM, convocando milhares de estudantes sob o tema “O Ensino Médio que Queremos”, constitui uma oportunidade singular para contribuir com o objetivo da transformação desejada. Isso porque esse é um projeto que combina a geração de espaços de participação com explícitas intencionalidades formativas.

A convicção que inspirou este projeto segue intacta: a população jovem tem muito para contribuir nos processos de transformação da educação a que aspira o Mercosul.





Ministério da
Educação

